Art. 2.º Recebidas as obrigações correspondentes à dívida exequenda e respectivos juros de mora, serão anulados o débito da Companhia pelo imposto referido e os processos executivos contra ela pendentes para sua cobrança.

Art. 3.º O serviço de juros e amortização das obrigações Norte 5 por cento, emitidas pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, com garantia do Estado, nos termos do decreto-lei n.º 27:570, de 15 de Março de 1937, fica a cargo do Fundo Especial de Caminhos de Ferro, devendo, porém, sem prejuízo daquela garantia, passar a constituir encargo do beneficiário da concessão única das linhas férreas, a efectivar em cumprimento da base 1 da lei n.º 2:008, de 7 de Setembro de 1945. Nesse encargo será também considerado o saldo que apresentar em 31 de Dezembro de 1946 a actual conta de «Garantias de juros e amortizações a reembolsar» da Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Dezembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 11:657

Tendo cessado o estado de emergência que determinou a mobilização militar da Companhia das Minas do Carvão de S. Pedro da Cova e da Empresa Carbonífera do Douro, Limitada, nos concelhos de Gondomar e Castelo de Paiva: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra:

1.º É revogada, a partir de 1 de Janeiro de 1947, a portaria n.º 10:411, de 14 de Junho de 1943, ficando as empresas carboníferas por ela abrangidas em regime normal de laboração.

2.º O pessoal convocado ou mobilizado para serviço nas minas passa, a partir de 1 de Janeiro de 1947, a regime de trabalho livre, podendo manter-se ao serviço das empresas conforme for com as mesmas acordado ou de harmonia com as prescrições do contrato de trabalho.

3.º O Ministro da Guerra determinará por despacho o destino a dar ao arquivo das brigadas de exploração mineira e ao pessoal militar nelas em serviço.

Ministério da Guerra, 30 de Dezembro de 1946. — O Ministro da Guerra, *Fernando dos Santos Costa*.

MINISTÉRIOS DA GUERRA E DAS COLÓNIAS

Decreto-lei n.º 36:071

Tendo cessado as circunstâncias que determinaram a colocação sob a autoridade do Ministro da Guerra das forças militares das colónias para onde haviam sido destacadas tropas metropolitanas;

Mas convindo regular devidamente a situação das forças do exército metropolitano que, por conveniência

da defesa nacional, ainda se mantenham ou devam ser destacadas para as colónias, nos termos do disposto no n.º 2.º do artigo 3.º da lei da organização do exército, de 1 de Setembro de 1937;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Regressam à dependência exclusiva do Ministério das Colónias os serviços militares das colónias de Angola, Moçambique, Macau e Timor, colocados sob a jurisdição do Ministério da Guerra, nos termos do artigo 1.º do decreto-lei n.º 32:157, de 21 de Julho de 1942. São igualmente restabelecidas em toda a plenitude as atribuições militares executivas do Ministro das Colónias prescritas na Carta Orgânica do Império Colonial Português. Até à reorganização das respectivas forças continuam na dependência do Ministério da Guerra os serviços militares da colónia de Cabo Verde.

Art. 2.º As forças do exército metropolitano que, por conveniência da defesa nacional e nos termos do n.º 2.º do artigo 3.º da lei da organização do exército, de 1 de Setembro de 1937, se mantenham ou devam ser destacadas, em tempo de paz, para qualquer colónia serão consideradas adidas em comissão extraordinária no Ministério das Colónias por prazo de tempo não superior a dois anos.

§ 1.º As forças militares metropolitanas estacionadas nas colónias nos termos deste artigo ficam sujeitas às disposições do regulamento de disciplina militar colonial e na completa dependência disciplinar das autoridades coloniais competentes e do Ministro das Colónias.

§ 2.º É extinto o Conselho Superior de Disciplina Militar Colonial, transitando para o Conselho Superior de Disciplina do Exército as funções que, segundo a legislação vigente e em relação às forças militares terrestres, eram da competência daquele organismo.

Art. 3.º Até ao fim do corrente ano de 1946 continuará a constituir encargo do Ministério da Guerra a despesa com vencimentos, alimentação e manutenção das forças expedicionárias metropolitanas que se encontram destacadas nas colónias de Angola, Macau e Timor, no montante presentemente estabelecido. Até à mesma data o Ministério da Guerra satisfará os encargos das companhias indígenas da colónia de Moçambique que se encontram destacadas na colónia de Timor. A partir de 1 de Janeiro de 1947 todas as despesas com as forças referidas constituirão encargo do Ministério das Colónias, que para tanto inscreverá no orçamento respectivo, como despesa extraordinária, as verbas necessárias.

Art. 4.º É das atribuições do Conselho de Ministros a resolução das questões que em execução do presente diploma originem discordância entre os Ministérios da Guerra e das Colónias. É igualmente das atribuições do Conselho de Ministros resolver por despacho as dúvidas ou conflitos de competência a que a aplicação do presente diploma der lugar.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 30 de Dezembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Para ser presente à Assembleia Nacional.